



## Índice

- 01 Povos indígenas da terra indígena São Marcos e Raposa Serra do Sol se manifestam pela retirada de ocupantes ilegais do município de Pacaraima
- 02 Demandas indígenas serão debatidas pelo Governo do Estado em BrasíliaDa Redação
- 03 Índios protestam na Câmara com dança de roda e trenzinho.
- 04 Kayapó vêm a Brasília exigir seus direitos
- 05 Alunos de escola indígena participam pela primeira vez de aula inaugural
- 06 LIDERANÇA INDÍGENA
- 07 Seind recebe veículo que vai beneficiar transporte de indígenas
- 08 'Vocês querem destruir índios', disse o cacique a Eduardo Cunha
- 09 Aguilera busca solução para estradas da Reserva Indígena
- 10 Índios Kaiapó pedem arquivamento da PEC da Demarcação
- 11 Alunos de escola indígena participam pela primeira vez de aula inaugural
- 12 Fundo Social de Solidariedade promove ação social na Reserva Indígena Guarani do Rio Silveira
- 13 USU assume seu protagonismo social e apoia causa indígena
- 14 Em nota, Dsei potiguara destaca melhorias de saneamento e fala em 'equivoco sobre falta de água em aldeias'



- 15** Índios invadem sede da Sesai em MT para cobrar melhorias na Saúde
- 16** STF deve julgar liminares contra reintegração de posse de terras indígenas
- 17** Demandas indígenas serão debatidas pelo Governo do Estado em Brasília
- 18** Indígena sofre tentativa de homicídio em Palmeira dos Índios
- 19** Índios prometem "guerra" para evitar aprovação da PEC das demarcações
- 20** PEC 215 será desarquivada
- 21** AGU confirma posse de imóvel público localizado em área de demarcação indígena em Potiguara/PB
- 22** Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas é comemorado neste sábado (7)
- 23** Kayapós pedem a Eduardo Cunha para não instalar comissão da PEC 215
- 24** Ribeirinhos da Amazônia em exposição fotográfica
- 25** Implantação de agroflorestas em aldeias indígenas valoriza agricultura sustentável
- 26** PEC 215 pode voltar à análise na Câmara dos Deputados



**Povos indígenas da terra indígena São Marcos e Raposa Serra do Sol se manifestam pela retirada de ocupantes ilegais do município de Pacaraima**  
SÍTIO CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA, 04.02.2015

Após terem conhecimento da audiência pública que será realizada na sede do município de Pacaraima, os povos indígenas das terras indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol se manifestam pacificamente, amanhã, no Centro Makunaima, pedindo pela retirada de ocupantes ilegais do município de Pacaraima.

A audiência, convocada pela juíza titular da 2ª Vara da Seção Judiciária de Roraima, Clara Mota, que ocorre nesta quinta - feira, 5, trata das 50 ações possessórias que tem como objeto a reintegração de posse em favor dos povos indígenas da terra indígena São Marcos, que reivindicam a retirada dos ocupantes da área demarcada e homologada, conforme Decreto nº 312, de 29 de Outubro de 1991.

Conforme os encaminhamentos da audiência, já divulgados pela juíza, que é de ouvir o posicionamento das lideranças da região, se são favoráveis ou não à permanência dos não índios, além de conhecer a realidade da situação local, os tuxauas da TI São Marcos e RSS, representados pela sua organização indígena, legítima, a APITSM, decidiram que na audiência vão reforçar a continuidade do processo pedindo a retirada dos 50 moradores incluídos no processo.

Os indígenas reforçam o posicionamento não só pela retirada dos não índios que permaneceram na terra indígena, depois da homologação, mas também pelos graves problemas devido à ocupação ilegal. O descaminho de gasolina, abuso sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, atropelamento de indígenas na BR 174, disseminação de bebida alcoólica, invasões e impactos ambientais, são os principais problemas que cada vez mais vêm afetando o bem estar coletivo dos povos indígenas, conforme denunciado pelas comunidades indígenas.

Uma comissão de lideranças indígenas foi formada para acompanhar o processo em conjunto com os órgãos que entraram com a ação junto à Justiça Federal de Roraima, o Ministério Público Federal (MPF/RR) e Fundação Nacional do Índio (Funai), em que ambos requerem a retirada dos não índios que permaneceram na terra indígena São Marcos.

O coordenador da APITSM, Alzemiro Tavares, reforça o posicionamento da organização em nome das comunidades da Terra Indígena São Marcos pedindo a retirada dos 50 moradores. "Nós queremos a continuidade do processo, pedimos pela retirada dos ocupantes ilegais do município e que o nosso direito seja respeitado".

Reforçando a reivindicação dos povos indígenas, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) tem prestado apoio à questão. O coordenador geral Mario Nicacio, disse que dará apoio àquilo que

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 22/2015

Brasília, 05 de fevereiro de 2015.

é de direito dos povos indígenas. “O posicionamento da nossa organização será sempre em favor dos direitos indígenas, principalmente direito à terra, por isso somos contra a permanência dos 50 moradores e favoráveis ao usufruto exclusivo da terra pelos indígenas”, disse o coordenador. Um documento elaborado pelas comunidades e organizações indígenas, será elaborado e entregue à juíza.

Os povos indígenas da TI São Marcos, assim como diversos povos do Brasil, que reivindicam a posse plena da terra indígena, seguem firme na luta em defesa do direito territorial indígena.



---

**Demandas indígenas serão debatidas pelo Governo do Estado em Brasília**Da Redação  
SÍTIO FOLHAMAX, 04.02.2015

O Governo do Estado de Mato Grosso se comprometeu em dialogar com o Ministério da Justiça, em Brasília, sobre as demandas apresentadas pelos povos Terena e Mabengroké, que durante cinco dias interditaram a BR-163, em Itaúba. Nesta quarta-feira (04.02), em conversa por telefone com o cacique Rondon, dos Terena, Pedro Taques convidou os representantes das etnias para uma reunião no Palácio Paiaguás. Ainda não há data para o encontro. A negociação também contou com a participação do deputado federal Nilson Leitão.

O bloqueio da BR-163 começou na manhã do dia 30 de janeiro e seguiu até esta quarta-feira, quando uma equipe da Força Nacional de Segurança, autorizada pelo Ministério da Justiça, chegou ao local para dar apoio à Polícia Rodoviária Federal (PRF) na desobstrução da rodovia. Conforme informou a assessoria de imprensa do Ministério, os indígenas apresentaram as demandas das etnias em um documento, que será encaminhado ao gabinete do Ministério da Justiça para análise.

Entre as demandas estão melhorias na área da saúde e a exoneração da coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Kayapó no Mato Grosso (DSEI), Sanna Rochelle Sarmiento. Em nota, o Ministério da Saúde informou que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) tem intensificado as ações de atenção à saúde indígena, tendo como uma das principais estratégias o programa Mais Médicos. Conforme o Ministério, o DSEI Kayapó/Mato Grosso recebeu quatro médicos pelo programa, para reforçar as equipes multidisciplinares, e no último semestre foram enviadas três remessas de medicamentos para atendimento à saúde indígena da região.





---

**Índios protestam na Câmara com dança de roda e trenzinho.**

SÍTIO SÓ NOTÍCIAS, 04.02.2015

O governo do Estado se comprometeu em dialogar com o Ministério da Justiça, em Brasília, sobre as demandas apresentadas pelos povos Terena e Mabengroké, que durante cinco dias interditaram a BR-163, na região Norte. Esta manhã, em conversa por telefone com o cacique Rondon, dos Terena, Pedro Taques convidou os representantes das etnias para uma reunião no Palácio Paiaгуás. Ainda não há data para o encontro.

A negociação também contou com a participação do deputado federal Nilson Leitão. O bloqueio da BR-163 começou na manhã do dia 30 de janeiro e seguiu até hoje, quando uma equipe da Força Nacional de Segurança, autorizada pelo Ministério da Justiça, chegou ao local para dar apoio à Polícia Rodoviária Federal (PRF) na desobstrução da rodovia. Conforme informou a assessoria de imprensa do Ministério, os indígenas apresentaram as demandas das etnias em um documento, que será encaminhado ao gabinete do Ministério da Justiça para análise.

Entre as demandas estão melhorias na área da saúde e a exoneração da coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Kayapó no Mato Grosso (DSEI), Sanna Rochelle Sarmiento. Em nota, o Ministério da Saúde informou que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) tem intensificado as ações de atenção à saúde indígena, tendo como uma das principais estratégias o programa Mais Médicos. Conforme o Ministério, o DSEI Kayapó/Mato Grosso recebeu quatro médicos pelo programa, para reforçar as equipes multidisciplinares, e no último semestre foram enviadas três remessas de medicamentos para atendimento à saúde indígena da região.



## **Kayapó vêm a Brasília exigir seus direitos**

SÍTIO CIMI, 04.02.2015

Uma delegação de mais de 50 indígenas Kayapó, das terras indígenas Mekragnotire e Baú, do sul do Pará, município de Bom Progresso, está em Brasília para cobrar das autoridades seus direitos constitucionais e as promessas feitas e não cumpridas.

Quando chegaram em frente ao Congresso não demoraram a vir os primeiros interlocutores, os policiais. Logo um ar de nervosismo se espalhou pelos espaços do poder, ainda sob o impacto das reações de dezembro do ano passado, quando conseguiram evitar a aprovação do relatório da Comissão Especial da PEC 215.

Astutamente conduziram os indígenas até uma sombra distante da portaria de entrada do Anexo 2, com a promessa de que iriam ver a questão da conversa que os Kayapó estavam solicitando com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. A ele queriam perguntar as razões e consequências de suas declarações com relação ao apoio aos ruralistas, em detrimento dos direitos indígenas.

"Queremos ouvir sua palavra", afirmaram os indígenas em documento que gostariam de ter entregue ontem ao deputado Eduardo Cunha. Após mais de duas horas de espera, enquanto acontecia a reunião dos líderes dos partidos na Câmara, finalmente uma informação transmitida pelo deputado aliado da causa indígena, Chico Alencar: "O presidente está muito atarefado, mas vai receber uma delegação de cinco lideranças amanhã às 15 horas".

**Cobrando promessas, exigindo direitos**

A agenda da delegação é ampla. "Os brancos não cumprem as leis que eles mesmos criam... Vamos brigar pelos nossos direitos até o fim", manifestaram por ocasião do fechamento da BR-163, em anos passados. Esse histórico de luta dos Kayapó ficou nacionalmente conhecido, especialmente por ocasião da Constituinte, em 1988, quando estiveram frequentemente em Brasília lutando ao lado dos demais povos indígenas do país. Da década de 1980 para cá, enfrentaram muitas pressões e invasão de seu território, principalmente da parte de madeireiros, fazendeiros e garimpeiros.

Na agenda dos encontros desejados consta uma conversa com a presidente da República, ministro da Justiça, ministros do Meio Ambiente e Transporte, além da Procuradoria Geral da República.

Além disso, irão questionar a construção de PCHs (hidrelétricas de pequeno porte) em seu território. Também querem saber a posição dos diversos órgãos e as ações com relação à Hidrelétrica de Belo Monte. Os Kayapó têm se manifestado criticamente e contrários à obra, desde o primeiro grande encontro contra ela, em 1989.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 22/2015

Brasília, 05 de fevereiro de 2015.

---

#### Recebidos pela polícia

Uma questão que causa estranheza é o grande aumento de seguranças contratados na legislatura anterior e o fato da segurança estar encarregada de fazer a interlocução com as delegações indígenas. Comentava o assessor de um dos partidos que é inacreditável que a Câmara não tenha pessoas que façam essa interlocução política, uma vez que se trata de relação com povos que em nada representam ameaças aos poderes constitucionais. É hora da Presidência da Câmara instituir uma comissão para tratar com as lideranças indígenas, pois essa não é função dos seguranças da Casa.

#### Barrados na entrada da Câmara

Suspense e agitação com a presença dos índios. Enquanto os indígenas aguardavam resposta da audiência com o novo presidente da Câmara, o secretário e o ex-secretário do Cimi foram barrados na entrada do Anexo 2. Sem justificativa e de forma arbitrária, a segurança da "Casa do Povo", simplesmente informou que estavam apenas cumprindo ordens. "É absurdo e inaceitável que esse tipo de arbitrariedade continue existindo, impedindo cidadãos desse país a estar num espaço que a Constituição lhes garante", comentou o secretário do Cimi, enquanto aguardava que o presidente do partido, com o qual teriam reunião, conseguisse liberar a entrada. Infelizmente parece que os movimentos sociais terão cada vez mais dificuldade de acesso aos espaços do diálogo e do poder.

Egon Heck

Secretariado nacional do Cimi

Brasília, 4 de fevereiro de 2014





## **Alunos de escola indígena participam pela primeira vez de aula inaugural**

SÍTIO PORTAL BENÍCIO, 04.02.2015

Os alunos da escola indígena Sakruwê, na Aldeia Funil, localizada a 25 km de Tocantínia, participaram pela primeira vez de uma aula inaugural que marca o início do ano letivo. A solenidade de abertura contou com o discurso de boas-vindas do Secretário de Estado da Educação, Adão Francisco de Oliveira, e com apresentações culturais realizadas por crianças e jovens indígenas.

De acordo com o secretário, o objetivo da iniciativa é valorizar a educação indígena e garantir um ensino de qualidade. "Realizar a aula inaugural em uma aldeia demonstra a atenção e o respeito do Governo aos indígenas. A nossa missão a partir de agora é proporcionar benefícios e melhorias para esse povo, por meio da educação", destacou Adão.

O cacique Elson Kreânsu Xerente reforçou o pioneirismo da ação do Governo. "Essa é a primeira vez na história do Tocantins que o governo realiza a aula inaugural em uma aldeia indígena. Estamos felizes, pois temos certeza que o nosso ensino vai se desenvolver", disse.

O secretário anunciou que já está avaliando a proposta para que ainda este ano sejam abertas turmas do ensino de jovens e adultos - EJA, e que o Conselho de Educação indígena vai ser valorizado durante essa gestão. "Alfabetizar toda população indígena e garantir o acesso à escola é prioridade do nosso Governo e para que isso aconteça precisamos também da reestruturação e fortalecimento do conselho", defendeu.

O secretário municipal da Educação, Marcelo Lucena, falou sobre a importância da aula inaugural e destacou as primeiras ações do Governo em prol da educação indígena. "O que vimos hoje aqui não significa apenas um discurso de boas-vindas e sim o início de grandes mudanças e ações que o Estado vai realizar nessa aldeia", concluiu.

Para o professor Gilberto de Brito Xerente, o ensino realizado na escola Sakruwê representa também o aproveitamento da cultura milenar dos indígenas unido ao avanço tecnológico e ao desenvolvimento das ações educativas praticadas pelo Governo. "Exerço o papel de professor há muitos anos e ações simples como essa que vimos aqui hoje, com a presença de um secretário de Estado numa escola indígena, é fundamental para que esse povo se sinta valorizado", disse.

O Governo do Estado atende os povos indígenas em 92 escolas e a previsão é que este ano sejam atendidos cerca de 6 mil alunos.

### **Carnaval do Bem**

Na oportunidade, a equipe da Superintendência da Secretaria de Estado da Juventude apresentou aos indígenas a campanha 'Carnaval do Bem', que vai percorrer até o dia 12 deste mês 15 municípios do Estado, levando a mensagem do carnaval seguro, em especial aos jovens.



## **LIDERANÇA INDÍGENA**

SÍTIO EDUARDO CUNHA PRESIDENTE, 05.02.2015

*Eduardo Cunha discute tramitação de regras sobre demarcações de terras com lideranças indígenas*

O presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, recebeu nesta quarta-feira (4) um grupo de lideranças indígenas menkragnoti, da tribo Kaiapó. Os indígenas cobraram o fim da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/00, que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil.

O presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, recebeu nesta quarta-feira (4) um grupo de lideranças indígenas menkragnoti, da tribo Kaiapó. Os indígenas cobraram o fim da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/00, que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil.

No final de 2014, não houve consenso nas reuniões da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC, impossibilitando a votação do relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC).

Com o final da legislatura, a PEC foi arquivada automaticamente no dia 31 de janeiro, mas qualquer um dos 170 deputados que assinaram a proposta pode pedir seu desarquivamento.

Eduardo Cunha afirmou que o Regimento Interno da Câmara não permite que o presidente impeça o desarquivamento do texto, se isso for cobrado; mas garantiu que vai oferecer “todas as condições de diálogo” para que as lideranças indígenas sejam ouvidas na Câmara.

Cerca de 50 lideranças kayapós, das terras indígenas Baú e Mekragnotire, no Pará, chegaram a Brasília na segunda-feira (2), com o objetivo de se reunir com a presidente Dilma Rousseff e o presidente da Câmara. Na terça (3), eles foram recebidos pelo secretário de Articulação Social da Presidência da República, Paulo Maldos.

Fonte: Agência Câmara Notícias

**Seind recebe veículo que vai beneficiar transporte de indígenas**

SÍTIO PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 04.02.2015



Foto - Divulgação-Seind

Um grupo de professores indígenas realizou nesta quarta-feira, dia 4 de fevereiro, em Manaus, a viagem inicial da primeira van adquirida pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) para a execução do Projeto de Gestão Ambiental Sustentável das Terras Indígenas do Amazonas (IWI-PGASTIAM).

A comitiva veio da terra indígena Kwatá-Laranjal, no município de Borba (a 150 quilômetros de Manaus) e seguiu para o quilômetro 36 da BR-174, para dar continuidade à formação acadêmica em Licenciatura Intercultural Indígena.

O curso chega ao oitavo módulo e é oferecido pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) para 45 professores indígenas. A van custou R\$ 120 mil e é o primeiro veículo, dos três que serão adquiridos por meio do projeto, com a meta de dotar a Seind de infraestrutura adequada para a sua execução.

Os outros dois são do tipo picape, sendo que um fica em Manaus e o outro será enviado para a terra indígena Tenharín do Marmelo, em Humaitá (a 600 quilômetros de Manaus).

Além da van, a Seind já adquiriu mesas e armários, por meio da primeira parcela do Plano de Aplicação de Recursos (PAR), que equivale a R\$ 2,9 milhões (R\$ 2.950.478,67). Os recursos são oriundos do Fundo Amazônia, garantido a partir da assinatura do projeto IWI-PGASTIAM entre a Seind e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), realizada em 2013.

Inclusão social - O objetivo é promover a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável de atividades produtivas dos Povos Indígenas, visando à geração de trabalho, renda e inclusão

CONT.



social. O prazo de execução é de três anos, com abrangência em 15 municípios (distribuídos em cinco regiões e 28 terras indígenas). A meta é beneficiar aproximadamente 35 mil indígenas na geração de trabalho, renda e inclusão social.

Do total investido no primeiro PAR, 1,4 milhão é destinado para a elaboração e execução de dois planos de gestão ambiental: o de Humaitá, e em áreas indígenas do município de Boca do Acre (a 1.038 quilômetros de Manaus). Cada plano receberá R\$ 700 mil dos recursos disponibilizados pelo banco. A ação tem parceria com o Instituto Xavante.

“As atividades começaram em quatorze de janeiro deste ano, com apresentações das etapas para a elaboração do Plano de Gestão Ambiental, mobilização e conhecimentos das terras indígenas Tenharín do Marmelo e Camicuã”, informou o coordenador do projeto, Jurandir Tenharín, que é técnico do Departamento de Etnodesenvolvimento da Seind.



**'Vocês querem destruir índios', disse o cacique a Eduardo Cunha**

SÍTIO BLOGS ROLDÃO ARRUDA, 04.02.2015

ROLDÃO ARRUDA

*Porta-voz dos kayapós disse que índios estão preocupados com o retorno da PEC 215, que pode levar à paralisação da demarcação de terras indígenas no País*



Cunha, ao centro, recebeu cinco índios, após solicitação de parlamentares do PSOL e do PV

No encontro que manteve com o novo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), nesta quarta-feira, 4, em Brasília, o cacique kayapó Nhaket Mekrangnotire disse que os índios brasileiros estão se sentindo profundamente ameaçados. Ele se referia à Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC-215), que, após ter sido arquivada, deve voltar à pauta na Câmara. O objetivo principal da emenda é transferir do Executivo para o Legislativo decisões sobre demarcações de terras indígenas. Os índios temem que, com a crescente força da bancada ruralista no Congresso, dificilmente acontecerão novas demarcações no País.

Com a ajuda de um intérprete de sua tribo, que vive na região de Novo Progresso, no interior do Pará, o cacique Nhaket disse ao presidente da Câmara, que os políticos deveriam ficar com toda a população, incluindo as populações negras do interior e os índios. Mas, na avaliação dele, não é isso o que ocorre: "Vocês querem destruir o povo do interior, querem destruir índios."

O cacique também disse: "Podem até conseguir acabar com a gente. Mas vai ter muito sangue derramado. Estamos aqui para pedir: não vote essa PEC."

Nhaket chegou a Brasília na segunda-feira, à frente de um grupo de 54 indígenas, com o objetivo de conversar com autoridades do Executivo e do Legislativo. Na terça-feira, após a

CONT.





intermediação de um grupo de parlamentares, entre os quais Chico Alencar (PSOL-RJ) e Zequinha Sarney (PV-MA), o presidente da Câmara aceitou receber cinco representantes do grupo.

Durante a reunião, no gabinete de Cunha, acompanhada por quatro deputados, mas sem a presença de assessores, os índios manifestaram preocupação com o fato de o novo presidente da Câmara já ter se reunido com a bancada ruralista e manifestado apoio à aprovação da PEC 215.

“Não somos nós que estamos caçando briga com vocês. É vocês com nós. Sabemos que o senhor já fez um acordo para aprovar a PEC”, disse Nhaket.



Kayapós foram a Brasília manifestar preocupação com projeto que ameaça demarcações de terras

O presidente da Câmara negou que tenha feito qualquer acordo com os ruralistas. Também disse que não é o autor da PEC, nem da proposta de desarquivamento e que recebe os mais diferentes grupos. Mas, caso a proposta seja mesmo desarquivada, declarou, ele seguirá as normas da Casa, retomando os debates no ponto em que foram paralisados. “Não tenho outra saída”, afirmou.

Para os índios, os parlamentares estariam quebrando os acordos firmados com a Constituição de 1988 – que tem um capítulo específico sobre a questão indígena. “O cacique, com uma linguagem muito franca e direta, incomum aqui em Brasília, disse que os índios vêem a PEC 215 como uma declaração de guerra”, disse o deputado Chico Alencar, que acompanhou o encontro.



---

**Aguilera busca solução para estradas da Reserva Indígena**

SÍTIO FATO NEWS, 04.02.2015

A Reserva Indígena de Dourados vive uma situação de calamidade pública em vários setores, como saúde, educação, saneamento básico, segurança, mas uma das mais agravantes são as estradas da aldeia.

Muitas vezes as escolas fecham em épocas de chuvas, ambulâncias e carros da saúde acabam ficando em manutenção quase sempre, pois as estradas estão cada vez com mais erosões, causando todo tipo de transtorno à comunidade indígena.

Para discutir a situação, na segunda-feira o vereador e presidente da Comissão de Indígena e Afrodescendentes da Câmara, Aguilera de Souza foi recebido em audiência com o superintendente estadual do Ibama, em Campo Grande, Marcos Yuri. Na pauta da audiência o licenciamento para a extração de cascalho dentro da área indígena de Dourados.

Justifica o vereador que as vias vicinais já vêm sofrendo há 10 anos com esse problema. "Esse problema persiste há 10 anos; levei a situação até o superintendente para que possa encontrar uma solução para a nossa comunidade", diz o vereador, informando que o superintendente confirmou uma agenda com o presidente do Ibama em Brasília para o dia 08, e a resposta para o vereador sairá em no máximo 30 dias.

Além do vereador Aguilera e do superintendente do Ibama, participaram da audiência, representantes da Funai, e das prefeituras de Dourados e de Itaporã.

Fonte: Assessoria



---

**Índios Kaiapó pedem arquivamento da PEC da Demarcação**

SÍTIO RÁDIO AGÊNCIA NACIONAL, 04.02.2015

Nesta quarta-feira (4) índios Kayapó cobraram do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que a Proposta de Emenda Constitucional 215 continue arquivada na Casa.

A PEC inclui, entre as competências exclusivas do Congresso Nacional, a aprovação de demarcação indígena e a ratificação de áreas já homologadas. Foi arquivada automaticamente em janeiro deste ano após falta de consenso na comissão que analisava a matéria em 2014.

O presidente Eduardo Cunha prometeu oferecer todas as condições de diálogo para que as lideranças indígenas sejam ouvidas na Câmara, apesar de não poder impedir, de acordo com o regimento interno, o desarquivamento da matéria.

Já consta no site da Câmara um pedido do deputado Luiz Carlos Heinze, do PP do Rio Grande do Sul, para o desarquivamento da proposta, feito na última terça-feira.



---

**Alunos de escola indígena participam pela primeira vez de aula inaugural**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.02.2015

Os alunos da escola indígena Sakruwê, na Aldeia Funil, localizada a 25 km de Tocantínia, participaram pela primeira vez de uma aula inaugural que marca o início do ano letivo. A solenidade de abertura contou com o discurso de boas-vindas do Secretário de Estado da Educação, Adão Francisco de Oliveira, e com apresentações culturais realizadas por crianças e jovens indígenas.

De acordo com o secretário, o objetivo da iniciativa é valorizar a educação indígena e garantir um ensino de qualidade. "Realizar a aula inaugural em uma aldeia demonstra a atenção e o respeito do Governo aos indígenas. A nossa missão a partir de agora é proporcionar benefícios e melhorias para esse povo, por meio da educação", destacou Adão.

O cacique Elson Kreânsu Xerente reforçou o pioneirismo da ação do Governo. "Essa é a primeira vez na história do Tocantins que o governo realiza a aula inaugural em uma aldeia indígena. Estamos felizes, pois temos certeza que o nosso ensino vai se desenvolver", disse.

O secretário anunciou que já está avaliando a proposta para que ainda este ano sejam abertas turmas do ensino de jovens e adultos - EJA, e que o Conselho de Educação indígena vai ser valorizado durante essa gestão. "Alfabetizar toda população indígena e garantir o acesso à escola é prioridade do nosso Governo e para que isso aconteça precisamos também da reestruturação e fortalecimento do conselho", defendeu.

O secretário municipal da Educação, Marcelo Lucena, falou sobre a importância da aula inaugural e destacou as primeiras ações do Governo em prol da educação indígena. "O que vimos hoje aqui não significa apenas um discurso de boas-vindas e sim o início de grandes mudanças e ações que o Estado vai realizar nessa aldeia", concluiu.

Para o professor Gilberto de Brito Xerente, o ensino realizado na escola Sakruwê representa também o aproveitamento da cultura milenar dos indígenas unido ao avanço tecnológico e ao desenvolvimento das ações educativas praticadas pelo Governo. "Exerço o papel de professor há muitos anos e ações simples como essa que vimos aqui hoje, com a presença de um secretário de Estado numa escola indígena, é fundamental para que esse povo se sinta valorizado", disse.

O Governo do Estado atende os povos indígenas em 92 escolas e a previsão é que este ano sejam atendidos cerca de 6 mil alunos.

Carnaval do Bem

Na oportunidade, a equipe da Superintendência da Secretaria de Estado da Juventude apresentou aos indígenas a campanha 'Carnaval do Bem', que vai percorrer até o dia 12 deste mês 15 municípios do Estado, levando a mensagem do carnaval seguro, em especial aos jovens.





---

**Fundo Social de Solidariedade promove ação social na Reserva Indígena Guarani do Rio Silveira**

SÍTIO PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO, 04.02.2015

Na manhã desta quarta-feira (4), o Fundo Social de Solidariedade de São Sebastião em parceria com as secretarias do Trabalho e Desenvolvimento Humano, Saúde, Esportes, e Administrações Regionais), promoveu uma visita social à Reserva Indígena Guarani do Rio Silveira, em Boracéia, na Costa Sul do município.

Durante a visita foram entregues aos caciques Adolfo Timóteo e vice-cacique Mauro, 110 sacos de roupas e calçados, 38 pacotes de farelo multimistura e 20 cestas básicas.

As duas enfermeiras do Centro de Reabilitação da Costa Sul e Boiçucanga, juntamente com a enfermeira que atende diretamente os indígenas no Posto de Saúde Rio Silveira, acompanharam a visita e puderam fazer as anotações de alguns pedidos dos indígenas.

A doação das igrejas Matriz e São José (Topolândia), isto é, os 38 pacotes de farelo de multimistura, foram entregues no Posto de Saúde para que os profissionais de saúde possam conduzir e fazer a devida distribuição dos mesmos aos índios.

A assistente social Maria Inês, também acompanhou a visita. Durante o encontro, a profissional conversou com o cacique Mauro e ouviu também algumas sugestões e reivindicações da comunidade.

Para a chefe de Divisão Administrativa do Fundo Social, Vanda Lopes, foi maravilhoso poder ajudar ao próximo. "Conhecer e vivenciar uma cultura diferente é sempre um aprendizado", disse. "Sozinhos nós não somos nada; a solidariedade é tudo. Isso deveria ser óbvio, mas normalmente fica escondido na névoa da rotina", acrescentou. "Ações como esta nos ajudam a mudar um pouco do que somos quando voltamos para a correria do cotidiano, pois ética, trabalho e solidariedade independem de crença", observou.

Segundo a secretária do Trabalho e Desenvolvimento Humano e presidente do Fundo Social de Solidariedade do município, Roseli Trevisan Primazzi a iniciativa foi gratificante. "Ficamos muito felizes com a receptividade que tivemos. Acredito que a entrega desta doação ajudará muito no dia-a-dia de toda a aldeia", comentou. "A cultura indígena é de grande importância para a comunidade como um todo por conta de sua vasta riqueza", comentou.

(CC/RF)



---

**USU assume seu protagonismo social e apoia causa indígena**

SÍTIO UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA, 04.02.2015

*No dia 04/02 haverá um debate para discutir a melhor forma de atuação em prol da defesa dos direitos indígenas.*

Em Itaipuaçu, distrito de Maricá, existe uma tribo chamada Ara Owy Re. Lá, vive uma família de 25 guaranis e todos atualmente estão passando por dificuldades.

A UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA assume o seu protagonismo social e, em apoio à causa, promoverá, nesta quarta-feira, dia 4/02, uma mesa de debates. O professor de direito Telson Pires, convidou os representantes da tribo para participarem do fórum permanente para a defesa da causa indígena, criado, no âmbito do curso de direito, para reivindicar, junto ao governo, o cumprimento da constituição. Também serão discutidas com a comunidade acadêmica e sociedade, ações humanitárias para minimizar os impactos do desamparo.

Veja a matéria veiculada neste domingo, no jornal O DIA, sobre a tribo GUARANI.

[Matéria jornal O DIA](#)

**Em nota, Dsei potiguara destaca melhorias de saneamento e fala em 'equívoco sobre falta de água em aldeias'**

SÍTIO PB VALE, 04.02.2015



Aldeia indígena do Galego sofre com falta de água há cerca de seis meses

A saúde indígena na Paraíba, através do Distrito Sanitário Especial Indígena DSEI Potiguara, tem garantido perspectivas de desenvolvimento e obtido conquistas nos últimos anos por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde. A região abrange aldeias em três Polos Base, sob a jurisdição do Distrito, nos municípios paraibanos de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto.

O setor responsável pelas obras que compreendem a área de atenção básica à saúde e saneamento – o Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena (SESANI) – é constituído por uma série de profissionais para garantir o atendimento à população indígena da comunidade e, dentre os serviços oferecidos, o sistema de abastecimento de água realiza a captação, condução, armazenamento, distribuição e monitoramento da água distribuída.

Conforme dados levantados pelo setor SESANI do DSEI Potiguara, foi constatado o aumento no quantitativo de análises, logo, o monitoramento da qualidade da água e, com isso, a diminuição de micro-organismos patológicos ao ser humano, e isso foi possível devido à intensificação no tratamento e monitoramento da qualidade da água no sistema de abastecimento.

“O monitoramento da qualidade da água é um instrumento de verificação da potabilidade e avaliação dos riscos que a água sem tratamento adequado possa apresentar e com essa ferramenta podemos obter soluções preventivas de que possam evitar a contração de doenças que possuem veiculação hídrica, daí surge a preocupação constante com esse segmento”, explica o chefe do Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental indígena (SESANI), Heitor Regis Nascimento Rodrigues. No entanto, segundo ele, pode-se observar certa dificuldade por

CONT.



parte da equipe, pelo fato de há tempo não se tinha investimento em forma de mão-de-obra. Porém, tem alcançado êxito na implementação de projetos, dentre os quais, a aquisição de bombas para o sistema abastecimento de água.

Por isso, que por meio da gestão do coordenador Distrital, Adriano Simões Andrade, que fortaleceu a equipe do setor SESANI no início de 2014 com a contratação de novos profissionais, “que foi possível concentrar esforços na produção de projetos que tem como objetivo a aquisição de bens de serviços no âmbito das instituições federais”, analisa.

Dentro desta perspectiva, uma série desses projetos já foi aprovada para a sua execução, dentre os quais, o termo de referência para a aquisição de material de saneamento; o acompanhamento das obras de melhorias sanitárias; aquisição de equipamentos de proteção individual; contratação de empresa para manutenção corretiva e preventiva de poços tubulares profundos; reformas das unidades básicas de saúde de todo o Distrito; e iniciar, agora em fevereiro, as obras de reformas da sede do Polo Base de Baia da Traição.

O setor tem como expectativa para este ano de 2015, a elaboração de projetos como a implantação do sistema de abastecimento de água da aldeia Coqueirinho, em Marcação; a construção da nova sede do Polo Base de Rio Tinto e reforma da sede do Polo Base de Marcação; construção da unidade básica de saúde indígena (UBSI) das aldeias Cândidos e Estiva Velho; elaboração do plano de gestão de resíduos sólidos; dar continuidade ao processo de manutenção dos sistemas de abastecimento d'água e o acompanhamento de obras de edificações, além da conclusão do georreferenciamento (mapeamento para cadastrado na internet) das aldeias.

Além das melhorias de saneamento, a coordenação do DSEI Potiguar tem investido na aquisição de novos veículos, ampliando a frota, na valorização profissional das equipes multidisciplinares da saúde indígena (EMSI), oferecendo cursos de educação permanente e treinamento na sede do Distrito e nas áreas indígenas dos três polos base, com médicos e cirurgiões-dentistas atuando em área, mudança da nova sede, em João Pessoa, com melhores condições de trabalho às equipes e apoio logístico aos indígenas, e na fase de construção do laboratório de análise clínica que será instalado em Baia da Traição, sendo o primeiro laboratório a ser inaugurado entre os 34 distritos (DSEI) do país.

#### **Matéria**

A propósito de matéria publicada na última quinta-feira (29/01), por este Portal de Notícias “PB Vale”, tendo como título “Em Baia da Traição: Aldeias indígenas sofrem com a falta de água e cobram providências ao Sesai”, Heitor Regis afirma que foi um equívoco não ter ouvido o outro lado da notícia. “Estamos sempre à disposição para quaisquer esclarecimentos”, disse.

De acordo com o chefe do SESANI, nas duas aldeias citadas na matéria, Galego e Forte, no Polo Base de Baia da Traição, com cerca de 1,5 mil habitantes, são injetados até 500 mil litros de água/dia, para o consumo nas duas comunidades. “Conforme recomenda a ONU – Organização das Nações Unidas, cada pessoa precisa de cerca 110 litros de água por dia para atender suas necessidades de higiene e consumo”, ressalta Heitor, e analisa observando que a média nos grandes centros urbanos do país supera 200 litros por dia.

CONT.





**Boletim de Notícias** - Edição nº 22/2015

Brasília, 05 de fevereiro de 2015.

Não obstante ao consumo de água nas referidas aldeias, o chefe do setor menciona um agravante identificado pela própria comunidade, revelado em reuniões realizadas, “de que existem pontos de água tratada sendo utilizada em irrigações e, também, para piscinas de residências, isso de cunho particular”.

Em relação à suspensão temporária das equipes de atenção básicas de saúde das respectivas comunidades, citada na matéria, o coordenador Adriano Andrade esclarece que foi uma ordenação do secretário da SESAI, em Brasília, por causa da prisão do veículo ocorrida no domingo (25/01), para evitar que outros carros fossem apreendidos pelos indígenas. “Porém, as equipes voltaram às áreas ainda na terça-feira (27/01), logo após a liberação do veículo, que, aliás, retornou com a pintura arranhada em sua lateral”, conclui.

Por João Bosco de Araújo

Comunicação Dsei Potiguará Sesai-PB/MS



---

**Índios invadem sede da Sesai em MT para cobrar melhorias na Saúde**  
SÍTIO SISMA/MT, 04.02.2015

Fonte: G1

Mais de 30 índios de diversas etnias estão na unidade de Saúde Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), em Colíder, distante 648 km de Cuiabá, como forma de protesto por melhorias nas aldeias da região. Segundo o cacique Raoni Metuktire, líder da etnia caiapó, os indígenas alegam que falta estrutura na área da saúde e também pedem a exoneração da coordenadora da unidade de Colíder, Sanna Rochelle Aparecida Silva Sarmento, que está à frente da instituição há 6 meses.

Em nota, a assessoria de imprensa da Secretaria Especial de Saúde Indígena informou que a instituição está aberta ao diálogo com as lideranças indígenas e tem intensificado as ações de atenção à saúde nas aldeias pelo programa Mais Médicos. Também informou que a coordenadora da Sesai de Colíder não está no local e que estaria sendo ameaçada.

Outro grupo indígena também mantém o bloqueio de trecho da BR-163, em Itaúba, a 599 km de Cuiabá, desde a última sexta-feira (30), pela mesma pauta de reivindicação. Cerca de 50 índios das etnias Terena e Maben-Groke colocaram galhos de árvores, pneus e até pedras para impedir a passagem de veículos pelo local. Eles também usam arcos e flechas. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), não há previsão de liberação da pista e o congestionamento na região é intenso.

Conforme a Secretaria Especial de Saúde Indígena, o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Caiapó/Mato Grosso recebeu quatro médicos pelo programa Mais Médicos, para reforçar as equipes multidisciplinares formadas por enfermeiros, dentistas, técnicos de enfermagem, agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento, entre outros. "Cabe destacar, ainda, que o Dsei recebeu, no último semestre, três remessas de medicamentos, necessário para atendimento à saúde indígena da região", consta trecho da nota.

Ainda segundo a assessoria do Sesai, as conversações com os grupos indígenas são mantidas por telefone e não há previsão de alguma reunião in loco.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 22/2015

Brasília, 05 de fevereiro de 2015.

---

**STF deve julgar liminares contra reintegração de posse de terras indígenas**

SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 04.02.2015

Deputados da bancada ruralista se reuniram nesta quarta-feira, 4 com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

A reunião foi para tratar de duas liminares concedidas pela corte contra a reintegração de posse de locais que seriam propriedades rurais e estão ocupadas por índios.

As ações foram realizadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelo Ministério Público Federal. O plenário do STF deve julgar hoje a disputa por essas terras.



---

**Demandas indígenas serão debatidas pelo Governo do Estado em Brasília**

SÍTIO CENÁRIO MT, 04.02.2015

O Governo do Estado de Mato Grosso se comprometeu em dialogar com o Ministério da Justiça, em Brasília, sobre as demandas apresentadas pelos povos Terena e Mabengroké, que durante cinco dias interditaram a BR-163, em Itaúba.

Nesta quarta-feira (04.02), em conversa por telefone com o cacique Rondon, dos Terena, Pedro Taques convidou os representantes das etnias para uma reunião no Palácio Paiaguás. Ainda não há data para o encontro. A negociação também contou com a participação do deputado federal Nilson Leitão.

O bloqueio da BR-163 começou na manhã do dia 30 de janeiro e seguiu até esta quarta-feira, quando uma equipe da Força Nacional de Segurança, autorizada pelo Ministério da Justiça, chegou ao local para dar apoio à Polícia Rodoviária Federal (PRF) na desobstrução da rodovia. Conforme informou a assessoria de imprensa do Ministério, os indígenas apresentaram as demandas das etnias em um documento, que será encaminhado ao gabinete do Ministério da Justiça para análise.

Entre as demandas estão melhorias na área da saúde e a exoneração da coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Kayapó no Mato Grosso (DSEI), Sanna Rochelle Sarmiento. Em nota, o Ministério da Saúde informou que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) tem intensificado as ações de atenção à saúde indígena, tendo como uma das principais estratégias o programa Mais Médicos. Conforme o Ministério, o DSEI Kayapó/Mato Grosso recebeu quatro médicos pelo programa, para reforçar as equipes multidisciplinares, e no último semestre foram enviadas três remessas de medicamentos para atendimento à saúde indígena da região.





**Boletim de Notícias** - Edição nº 22/2015

Brasília, 05 de fevereiro de 2015.

---

**Indígena sofre tentativa de homicídio em Palmeira dos Índios**

SÍTIO ALOGOAS 24 HORAS, 05.02.2015

*Ainda não há informações sobre suspeito.*

Um indígena de 35 anos foi ferido a tiros na noite desta quarta-feira (04), em uma praça pública no centro de Palmeira dos Índios. O autor do crime é desconhecido e está foragido. De acordo com informações do 10º BPM, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) ligou pra o Copom informando que na Praça da Independência havia um homem apresentando ferimentos causados por arma de fogo.

Uma Guarnição da Polícia Militar, foi encaminhada até o local onde constatou que a vítima se tratava de José Romilson Wanderley dos Santos. Ele foi levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), e em seguida transferido para a Unidade de Emergência do Agreste, em Arapiraca. Seu estado clínico não foi informado.

Segundo a Polícia Militar, ainda não há informações sobre suspeito. O caso deve ser investigado pela delegacia regional de Palmeira dos Índios.

Fonte: Todo Segundo



## **Índios prometem "guerra" para evitar aprovação da PEC das demarcações** SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 05.02.2015

Agência Câmara

A possibilidade de desarquivamento da PEC das Terras Indígenas (215/00) foi alvo de reunião, nesta quarta-feira (4), entre o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, um grupo de lideranças indígenas menkragnoti, da tribo Kaiapó, e deputados das Frentes Parlamentares Ambientalista e em Defesa dos Povos Indígenas.

O texto muda a Constituição para submeter ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas, que hoje é atribuição exclusiva do Executivo. Devido ao tamanho e ao poder da bancada ruralista no Legislativo, os índios temem que a medida impeça novas demarcações.

A proposta foi arquivada no fim da legislatura passada, em 31 de janeiro, já que, depois de várias tentativas, os ruralistas não conseguiram superar a obstrução dos contrários à PEC na Comissão Especial. O pedido de desarquivamento da PEC foi feito na terça-feira (3) pelo ex-coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS).

Na reunião com o presidente da Câmara, os líderes Kaiapó afirmaram que terra é sinônimo de vida para os índios e a eventual aprovação da PEC desrespeitaria os direitos indígenas assegurados na Constituição de 1988.

O índio Doto Takakiri foi o porta-voz do recado de "guerra" declarada contra a PEC. "As lideranças (indígenas) deixaram o recado para o presidente (Cunha) de que o próprio branco está caçando briga e declarando que vai ter uma guerra contra os indígenas do Brasil. Toda semana, vai encher de indígena aqui em Brasília para mostrar que a gente está pronto para a guerra".

Eduardo Cunha afirmou que o Regimento Interno da Câmara não permite que o presidente impeça o desarquivamento do texto, se isso for cobrado; mas garantiu que vai oferecer "todas as condições de diálogo" para que as lideranças indígenas sejam ouvidas na Câmara.

### Tentativa de conciliação

Após a reunião com Cunha, o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA), informou que uma última tentativa de conciliação entre defensores dos índios e do agronegócio deve ocorrer antes do reinício da tramitação da PEC nesta nova legislatura. "Vamos tentar, nesta reunião, distensionar o ambiente propondo aquilo que o Ministério Público já aceitou: que as indenizações, que hoje não são permitidas na desapropriação para terras indígenas, sejam concedidas a todos aqueles que, de boa fé,

CONT.



tenham o título de propriedade. Nossa última esperança é que os ruralistas aceitem negociar em torno dessa proposta".

Na Câmara, os índios contam com o apoio de PV, Psol, PT e PCdoB, além de alguns deputados do PSB e PDT. O líder do Psol, deputado Chico Alencar (RJ), ressalta que os 307 povos indígenas brasileiros realmente se sentem ameaçados e estão dispostos a resistir, com riscos de "derramamento de sangue".

Para superar a baixa representatividade indígena no Parlamento, Alencar disse que os deputados contrários à PEC pretendem usar todos os meios possíveis de obstrução e contam com a mobilização popular. "Se desarquivarem a PEC, vamos travar toda a luta possível para evitar que ela se consolide e aprofunde o quadro de genocídio dos povos indígenas brasileiros".

O deputado Nilto Tatto (PT-SP) também participou da reunião na presidência da Câmara e afirmou que o PT tem compromisso histórico com a causa indígena. Ele teme que a tramitação da PEC ocorra em clima "ainda mais agudo" neste ano, daí a necessidade de consenso. "Temos que tentar ver a causa que levou os ruralistas a propor a PEC 215 para tentar buscar uma saída para essas áreas onde há conflito hoje; e não votar uma proposta de emenda constitucional que coloca em risco aquilo que hoje está tranquilo do ponto de vista do direito assegurado, das áreas que já estão consolidadas e tituladas. A PEC só vai criar outros problemas".

#### Frente da Agropecuária

O novo coordenador institucional da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), reafirmou que a PEC das terras indígenas é uma das prioridades dos ruralistas, ao lado do projeto que regulamenta os artigos constitucionais que tratam do tema (PLP 227/12). Goergen lembrou que há compromisso de Cunha em dar andamento à tramitação das matérias citadas.

Ele afirmou que a demora do Congresso em aprovar essas matérias faz com que as decisões acabem indo sempre do Supremo Tribunal Federal. Segundo ele, os índios não precisam de mais terra, mas, sim, de garantias para a preservação da sua cultura. "Nós pedimos o desarquivamento da PEC 215 e, obviamente, vamos seguir trabalhando pela aprovação. Esse argumento deles - de maior representação da sociedade branca (no Congresso), vamos dizer assim - é até uma verdade, mas é uma representação proporcional e, por isso, eles também precisam entender que essa proporção tem que valer: nem tudo a eles e nem tudo aos brancos. Os direitos devem ser preservados na sua devida proporção".



## **PEC 215 será desarquivada**

SÍTIO CEDEFES, 05.02.2015

*Presidente da Câmara diz que não pode impedir recomeço da tramitação do projeto que transfere para Congresso tarefa de aprovar formalização de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas*

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), confirmou hoje (4/2) que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 será desarquivada. O projeto transfere para o Congresso a última palavra sobre a oficialização de Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas.

Em reunião com índios Kayapó, ele afirmou que não poderia impedir o reinício da tramitação da proposta, arquivada no final do ano passado. Os indígenas exigem que ela seja sepultada definitivamente (saiba mais).

A bancada ruralista apresentou um requerimento para o desarquivamento da PEC ontem e, segundo Cunha, o Regimento da Câmara obriga-o a acatá-lo automaticamente. "Não tenho poder ou competência legal para acabar com a PEC 215 ou nenhuma outra PEC. Tenho de cumprir o Regimento", afirmou o peemedebista.

De acordo com o presidente da Câmara, após o projeto ser desarquivado, será necessário recriar a Comissão Especial que vai analisá-lo. Cunha mencionou dúvidas sobre os prazos necessários para o início das atividades do colegiado e o novo trâmite. O deputado informou que será preciso discutir qual interpretação do Regimento deve prevalecer sobre essa questão específica.

Por sugestão de parlamentares que participaram do encontro, Cunha comprometeu-se a facilitar uma reunião entre deputados ruralistas e socioambientalistas nas próximas semanas para discutir uma alternativa à PEC.

Na avaliação de Sarney Filho (PV-MA) e Nilto Tatto (PT-SP), que participaram da conversa com o presidente da Câmara, essa alternativa poderia ser um projeto para regulamentar a indenização pela terra a produtores rurais que ocupem áreas indígenas e tenham títulos fundiários válidos. Ainda não há consenso sobre como isso poderia ser feito. A Constituição garante hoje apenas o pagamento das benfeitorias aos fazendeiros retirados de Tis.

"Os povos indígenas estão entendendo a PEC 215 como uma quebra do contrato estabelecido com eles para garantir seus direitos na Constituição de 1988. Se a PEC seguir tramitando, teremos toda a semana uma manifestação aqui na Câmara contra o projeto", advertiu Tatto. O petista acredita que a análise e aprovação do projeto vão acirrar os conflitos entre povos indígenas e produtores rurais. "Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que a Comissão Especial não seja aberta e não funcione", disse Sarney.

CONT.





Os deputados também pediram à Cunha que ele usasse de sua influência política para aprofundar a discussão sobre a PEC, permitindo que a sociedade fosse ouvida sobre o assunto. O presidente da Câmara, todavia, apenas repetiu vagamente que é favorável ao diálogo e ao consenso entre ruralistas e povos indígenas e tradicionais.

#### Acordo

Cunha negou que tenha feito um acordo com os ruralistas para fazer avançar a tramitação do projeto em troca de apoio à sua eleição para a Presidência da Câmara, ocorrida no fim de semana. A demanda apenas teria sido apresentada a ele.

O coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária, Luiz Carlos Heinze (PP-RS), confirmou, no entanto, que houve, sim, o entendimento com o peemedebista. "Vamos cobrar do presidente esse compromisso", destacou. Ele informou que os ruralistas pretendem reapresentar o relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) sobre a PEC e vão defender a manutenção do parlamentar no cargo de relator. A decisão sobre este último ponto depende do presidente da Câmara.

Heinze adiantou os outros pontos principais da agenda ruralista neste início de ano, além da PEC 215: a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Fundação Nacional do Índio (Funai); a aplicação da Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral de União (AGU), atualmente suspensa e que restringe vários dos direitos indígenas; e a aprovação do Projeto de Lei (PL) 7.735/2014, que regula o acesso aos recursos genéticos associados à biodiversidade (a votação do PL foi marcada para a próxima segunda, 9/2, por Cunha).

"Queremos acabar com a PEC. Não queremos briga com os brancos, mas eles é que estão caçando briga conosco. Sabemos que estão sendo feitos acordos no Congresso sobre a PEC", comentou Dotô Kayapó. Ele avaliou que a aprovação do projeto será vista pelos povos indígenas como um ato de guerra e ressaltou que eles irão se mobilizar contra a proposta.

Fonte: <http://www.socioambiental.org/>





---

**AGU confirma posse de imóvel público localizado em área de demarcação indígena em Potiguara/PB**

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 05.02.2015

A Advocacia-Geral da União (AGU) evitou, na Justiça Federal da Paraíba, o despejo da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de imóvel localizado no município de Rio Tinto/PB, onde funciona o Polo Base do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Potiguara. Os advogados da União confirmaram que a área está inserida dentro da Terra Indígena Monte Mor, demarcada pela União em 2007, por meio da Portaria nº 2.135/07 do Ministério da Justiça (MJ).

Um particular ajuizou ação para retirar o órgão federal do imóvel e rescindir contrato de locação. Alega que firmou o contrato com a Funasa em 2003 e, após encerrado, tentou renovar ou pedir a desocupação. Argumentou que além de não firmar um novo contrato nem desocupar o imóvel, desde o mês de dezembro de 2010 o órgão não efetuava o pagamento dos aluguéis.

Contra as alegações, a Procuradoria da União na Paraíba (PU/PB) informou que os aluguéis foram devidamente quitados e que não mais seria devido o pagamento ao particular, já que foi constatada que a área encontra-se dentro da Aldeia Monte Mor (Terra Indígena), devidamente demarcada desde 2007, com efeitos retroativos. Por se tratar de imóvel público, é nulo o contrato de locação, não cabendo mais desocupação pelo órgão ou pagamento de aluguel.

A 3ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba acolheu a defesa dos advogados e rejeitou o pedido do autor. "A Constituição também declara "nulos e extintos (...) os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras (...), não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé", destacou a sentença.

A decisão destacou que "a demarcação da área onde se situa o imóvel como terra indígena torna nula a escritura em nome do autor e o próprio contrato de locação utilizado como fundamento para ajuizamento da ação, restando ao autor impugná-la na via própria ou perseguir a justa indenização pelas benfeitorias realizadas de boa-fé".

A PU/PB é uma unidade da Procuradoria-Geral da União, órgão da AGU.

Ref.: Processo nº 0801926-88.2013.4.05.8200 - 3ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba.



---

**Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas é comemorado neste sábado (7)**

SÍTIO GAZETA DA CIDADE, 05.02.2015

Neste sábado, 7 de fevereiro, o Brasil celebra o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas. A data foi criada por meio da Lei nº. 11.696, de 12 de junho de 2008, com o objetivo de homenagear não só os próprios índios, mas também todos aqueles que lutam pela liberdade e igualdade da cultura indígena.

Os povos indígenas habitam o país desde milênios antes dos portugueses colonizarem o país. Quando Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, em 1.500, as aparentes terras desertas já eram habitadas, milhões de índios viviam na Terra de Vera Cruz. A colonização e a consequente exploração das regiões dizimaram tribos, disseminaram doenças e interferiram nos costumes dos índios.

Naquela época, os povos nativos viviam somente da caça, pesca, coleta e da agricultura do local. O número de índios era de aproximadamente seis milhões e caiu para 150 mil em meados do século XX. A população continuou diminuindo até 1980, quando a tendência foi invertida.

Atualmente, continuam sendo necessárias leis que promovam uma mínima reparação aos descendentes dos primeiros moradores dessa terra. Lembrando que os povos indígenas ainda sofrem algum tipo de discriminação por parte da sociedade e lutam pelo direito de viver em paz em suas terras.

Vale ressaltar que, além do Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, o Brasil também comemora o Dia do Índio (instituído em 1943), em 19 de abril; Há o Estatuto do Índio, de 1973; E a Fundação Nacional do Índio (Funai), um órgão do Governo Federal que estabelece e executa as políticas indigenistas do país.

Os índios possuem uma cultura própria, tradições milenares e celebrações específicas do seu povo. Por isso, o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas também pode ser considerado como um motivo de reflexão sobre os valores culturais dos índios e a importância da preservação e respeito a esses valores.

O Censo 2010, divulgado em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que os indígenas estão presentes em 80,5% dos municípios brasileiros, um total de 4.480 cidades. Em dez anos, de 2000 a 2010, a população indígena no país cresceu 11,4% e atingiu o número de 817 mil pessoas.

O Brasil ainda possui índios que vivem segundo a cultura de seus povos. Muitas tribos seguem morando em ocas, sem o uso de qualquer tecnologia. Os povos indígenas mais populosos do país são os seguintes: Guarani, Ticuna, Caingangue, Macuxi, Terena, Guajajara, Ianomâmi, Xavante, Pataxó e Potiguara.



## **Kayapós pedem a Eduardo Cunha para não instalar comissão da PEC 215**

SÍTIO PORTAL FÓRUM, 05.02.2015

*"Nós não estamos caçando guerra, somos os primeiros habitantes do Brasil e vocês querem acabar conosco. A gente não vai deixar", afirmou um representante indígena durante a reunião*

Por Iolando Lourenço, da Agência Brasil

Lideranças indígenas kayapós, acompanhadas de alguns parlamentares, reuniram-se na quarta-feira (4) com o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para pedir que não seja criada a comissão especial destinada a retomar as discussões da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere da União para o Legislativo a competência na demarcação de terras indígenas e possibilita a revisão das demarcações.

O indígena kayapó Dototakaire informou que as lideranças manifestaram ao presidente da Câmara a preocupação dos povos indígenas com a votação da PEC. Eles disseram que ela é a quebra de um contrato histórico do Brasil e prejudica mais de 300 povos e etnias indígenas. "Nós não estamos caçando guerra, somos os primeiros habitantes do Brasil e vocês querem acabar conosco. A gente não vai deixar", disse Dototakaire.

"As lideranças disseram que o próprio branco está caçando briga, está declarando que vai ter uma guerra contra os indígenas. Os kayapós vieram aqui e deram o recado. Como eles vão fazer uma comissão toda semana, Brasília vai encher de indígenas para mostrar que estão prontos para a guerra", informou Dototakaire.

O líder do PSOL, deputado Chico Alencar (RJ), que acompanhou os indígenas, informou que os kayapós disseram que a terra significa a vida deles e que não vão aceitar a votação da PEC. Alencar disse que caso a proposta volte a tramitar, "os deputados defensores das causas indígenas vão travar toda a luta possível para evitar que ela se consolide".

O líder do PV, Zequinha Sarney (MA), disse que conseguiram do presidente da Câmara a garantia de que, antes da criação da comissão especial destinada a discutir a PEC 215, seja feita uma reunião envolvendo deputados ligados à causa ambiental, às causas indígenas e ao agronegócio. "Vamos tentar, nessa reunião, amenizar o ambiente. Vamos usar todos os meios possíveis para que a comissão não seja instalada", disse.



### **Ribeirinhos da Amazônia em exposição fotográfica**

SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 05.02.2015

Toda a força e diversidade das raízes e tradições dos povos da Amazônia são reveladas pelas lentes de Maurício de Paiva. Em "Alaridos - Jogo dos elementos", em exposição no Sesc Itaquera, em SP, o fotógrafo mostra os caboclos-ribeirinhos em meio à paisagem da floresta e a jogos corporais ligados a festejos, lendas e à arqueologia.

São 32 fotografias que retratam a vida destas pessoas em regiões dos estados do Amapá e Pará (seus estuários do rio Amazonas com 340 km), Amazonas e Acre. Sobre tudo em ilhas, foz de rios, beiras, reservas extrativistas, interiores e a parte atlântica - oriental da bacia amazônica.

Maurício de Paiva é fotojornalista e colaborador da National Geographic Brasil. Publicitário de formação, é também documentarista. Ganhou 4 Prêmios Abril de Jornalismo. Muitas das imagens da exposição fazem parte de seu livro, lançado no ano passado, Futebol na Amazônia - imagem e alarido.

"Alaridos - Jogo dos elementos" é parte integrante da mostra Amazônia Mundi, que acontece no Sesc Itaquera continuamente desde 2013. O catálogo da exposição de Maurício de Paiva tem design e arte de Cristina Veit, ex-diretora de arte e editora de fotografia da National Geographic Brasil.

O catálogo conta ainda com textos do arqueólogo da USP, Eduardo Góes Neves, que escreve: "Caboclos amazônicos não têm ascendência indígena, são descendentes nordestinos que foram trabalhar com a borracha no século 19. Com o fim deste ciclo, estes migrantes, misturados aos descendentes dos índios, ocuparam as beiras de rios e lagos. Isso gera um hibridismo para receber algo que vem de fora, o jogo de bola. O diferente é a Amazônia: o rio, as locomoções, a noite inteira de festa, e não o futebol em si. A utopia positiva do Brasil é a miscigenação."

A exposição fotográfica tem entrada gratuita e vai até 10/05.

Confira abaixo algumas imagens da mostra:







---

**Implantação de agroflorestas em aldeias indígenas valoriza agricultura sustentável**  
SÍTIO SURGIU, 05.02.2015

O governo do Estado, através do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins), será parceiro na implantação demonstrativa de agroflorestas nas aldeias da Terra Indígena Xerente, no Tocantins. As ações para viabilizar a valorização da agricultura sustentável nas práticas do povo Xerente serão desenvolvidas com foco na autossustentação indígena, visando a otimização dos recursos naturais.

Segundo o coordenador regional Araguaia-Tocantins da Fundação Nacional do Índio (Funai), Conceição Pereira da Costa, é importante a parceria com o governo. "Precisamos dos técnicos do Ruraltins, da área de agricultura e até de ação social, para as ações deste ano", explicou o coordenador. Os projetos já foram encaminhados para aprovação e viabilização de recursos.

"A importância desse projeto é a geração de renda, o aproveitamento das matas para aldeias, a preservação das mananciais e reflorestamento", enumerou. No Estado, roças de mandioca e milho vêm sendo implantadas pela Associação da Brigada Indígena Xerente.

Atividades de capacitação estão sendo realizadas e têm a participação do Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígenas (Gati), apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Uma oficina foi realizada na aldeia São José sobre a implantação e as técnicas de manutenção das agroflorestas.

O presidente do Ruraltins, Pedro Dias, confirmou o interesse do governo na parceria, no intuito de contribuir para a valorização da agricultura sustentável nas práticas do povo Xerente. "Pode ter certeza de que o Ruraltins é parceiro importante nesse projeto. Os povos indígenas estão entre as comunidades que prioritariamente nós temos que atender - indígenas, quilombolas, agricultores familiares, posseiros são todos produtores que têm nossa atenção. Esse é um projeto que nos interessa", garantiu.

O objetivo da iniciativa é contribuir para a valorização da agricultura sustentável nas práticas do povo Xerente. As agroflorestas oferecem benefícios ecológicos e econômicos à comunidade, uma vez que combinam espécies arbóreas, cultivos agrícolas e criações de animais nos métodos de manejo da terra.

#### Aldeias

Os povos indígenas de maior população são os do Tocantins - Krahô, Javaé, Apinajé, Xerente, Karajá (vários grupos - da Ilha do Bananal, de Xambioá/TO, de Aruanã/GO, de Sta. Mª das Barreiras/PA) - os Kanela do Maranhão, os Tapirapé do Mato Grosso; e há outros de população menor, como os Krahô-Kanela, Krenak-Maxacali, os Kanelas do Araguaia e do Tocantins, os Guarani em Xambioá, os Avá-Canoeiro (um grupo em Minaçu/GO e outro na Aldeia Canoanã, dos Javaés, na Ilha). As demais etnias são urbanos e/ou moradores em aldeias destes outros povos.

SECOM





---

**PEC 215 pode voltar à análise na Câmara dos Deputados**

SÍTIO REDE SUSTENTABILIDADE, 05.02.2015

Marcada pelo intenso confronto entre os índios e os agricultores no fim do ano passado, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 215/2000 ameaça ressurgir no Congresso Nacional. Tanto representantes da bancada ruralista quanto os deputados contrários à proposta já admitem a possibilidade de que a discussão sobre o assunto seja retomada. A iniciativa pretende transferir do governo federal para o Legislativo a prerrogativa de oficializar e demarcar terras indígenas.

A PEC havia sido arquivada no final de 2014 porque não houve consenso nas reuniões da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisava a proposta. A falta de acordo impossibilitou a votação do relatório do deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-SC). O arquivamento aconteceu em razão do final da legislatura passada. Na ocasião, o fato foi comemorado como uma vitória em meio a essa batalha.

No entanto, a ameaça da PEC 215 voltar aos debates pode se tornar realidade, pois qualquer um dos 170 deputados que assinaram a proposta pode pedir o seu desarquivamento a qualquer momento. O coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), afirmou que essa discussão é de interesse da bancada ruralista.

A situação voltou a preocupar as lideranças indígenas, a ponto de 50 líderes kayapós das terras Baú e Mekragnotire, no Pará, se deslocarem até Brasília com a finalidade de se reunir com a presidente Dilma Rousseff e o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Na última terça-feira, dia 3 de fevereiro, eles foram recebidos pelo secretário de Articulação Social da Presidência, Paulo Maldos. Na quarta-feira, 4 de fevereiro, o grupo de lideranças indígenas teve um encontro com Cunha.

Durante essa reunião, as lideranças indígenas pediram a extinção da PEC. Por outro lado, o presidente da Câmara informou aos presentes que não pode impedir o desarquivamento do texto caso algum parlamentar cobre isso. Além disso, Cunha garantiu que oferecerá todas as condições para a abertura de um diálogo para os índios serem ouvidos.

"Queremos acabar com a PEC. Não queremos briga com os brancos, mas eles é que estão caçando briga conosco", comentou Dotô Takakiri Kayapó, porta-voz dos kayapós. "Sabemos que estão sendo feitos acordos no Congresso sobre a PEC", completou. Ele avaliou que a aprovação do projeto será vista pelos povos indígenas como um ato de guerra e prometeu uma mobilização contra a proposta.

Cunha negou ter feito um acordo com os ruralistas para fazer avançar a tramitação da PEC em troca de apoio à sua eleição para a presidente da Câmara, ocorrida no último domingo, dia 01º de fevereiro. Vagamente, disse que a demanda apenas teria sido apresentada a ele.

CONT.



Caso a PEC volte a ser discutida, a proposta precisa ser votada ainda na comissão. Com o fim da legislatura passada, esse grupo foi extinto e precisa ser recriado. Se isso acontecer e o relator for o mesmo – nesse caso Osmar Serraglio –, o parlamentar pode reapresentar seu parecer. No entanto, esse cenário não é garantido porque outro relator pode ser escolhido na formação da nova comissão.

#### Histórico da PEC

A PEC foi apresentada pelo ex-deputado Almir Sá em março de 2000 e incluía entre as atribuições exclusivas do Congresso Nacional a aprovação da demarcação das terras indígenas. A palavra final do Legislativo seria dada por meio de decreto.

O deputado Osmar Serraglio apresentou relatório favorável à aprovação da medida, mas sugeriu algumas mudanças ao texto original. Entre elas, a previsão de que a demarcação seja feita por projeto de lei de iniciativa do presidente da República e não por decreto, como ocorre hoje.

O texto de Serraglio também prevê o direito de indenização dos proprietários de terras demarcadas pelo descumprimento do prazo constitucional para início da demarcação, fixado em cinco anos a partir de 1988.

No fim do ano passado, o embate entre ruralistas e indígenas ganharam repercussão. Na manhã de 16 de dezembro, um grupo de índios foi reprimido numa das entradas da Câmara quando se manifestavam contra a PEC. Houve confusão e a polícia usou spray de pimenta. Seis indígenas foram detidos na ocasião.

Em 17 de dezembro, a comissão que analisava a PEC cancelou a votação do projeto após mais de nove horas de suspensão da sessão em razão da falta de energia em parte da Câmara e do esforço dos parlamentares contrários a essa medida de obstruir a sua apreciação.

Com informações da Agência Câmara e do Instituto Socioambiental